

LÍNGUAS INDÍGENAS E TRADIÇÕES ORAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA*

Kristine Stenzel

Museu Nacional/UFRJ

Página	SUMÁRIO
1	1. Línguas indígenas na Amazônia Brasileira
	Tabelas
3	1 Acre (AC)
4	2 Amazonas (AM)
6	3 Amapá (AP)
7	4 Rondônia (RO)
8	5 Pará (PA)
9	6 Tocantins (TO)
9	7 Roraima (RR)
10	8 Mato Grosso (MT)
12	9 Maranhão (MA)
12	2. Políticas lingüísticas e de proteção de tradições orais
12	2.1. Direitos na Constituição Federal de 1988
14	2.2. Ministério da Educação—MEC
16	2.3. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional—MC/IPHAN
17	2.4. Ministério do Meio Ambiente/Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas—MMA/PDPI
17	2.5. FUNAI (Museu do Índio)
18	2.6. Projetos no nível de Estado/Município: a co-oficialização das línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira
19	3. Quem trabalha com projetos de estudo e fortalecimento das línguas indígenas?
20	4. Documentação lingüística
20	5. Como podemos trabalhar melhor?
21	Bibliografia
22	Siglas
24	Artigos 210, 215, 216, e 231 da Constituição Federal de 1988
25	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN

* Versão atualizada e traduzida do texto original em espanhol publicado pela UNESCO em 2006: *Lenguas y Tradiciones Orales en la Amazonia Brasileña*. *Lenguas y Tradiciones Orales de la Amazonia - diversidad en peligro?* Havana: Oficina Regional de Cultura para América Latina y el Caribe, UNESCO/Casa de las Américas. 71-121.

1. Línguas indígenas na Amazônia brasileira

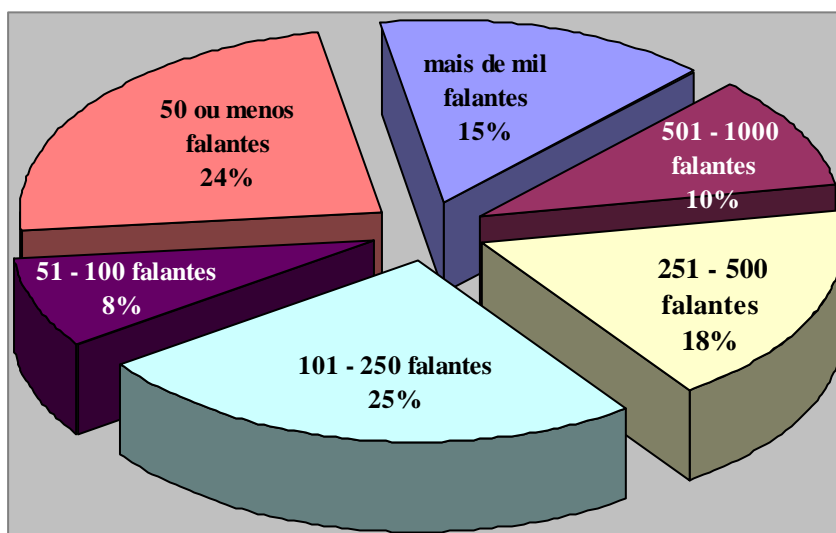
No território brasileiro há aproximadamente 225 povos indígenas falando mais de 160 línguas diferentes¹. Na Amazônia Legal—que inclui os estados de Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR), Tocantins (TO), Mato Grosso (MG) e uma parte do estado do Maranhão (MA), 61% do território nacional—encontramos a maior concentração desses povos (60% do total) e o maior número de línguas: 140.

O censo nacional de 2000 estima a população total do Brasil em aproximadamente 170 milhões e a população da Amazonia Legal em cerca de 21 milhões. A população indígena cresceu notavelmente nos últimos 25 anos, mas mesmo assim, é estimada entre 320-400 mil pessoas, o que representa menos do que 3% da população total do país².

O tamanho dos grupos indígenas varia bastante. Alguns grupos indígenas têm populações grandes, como os povos Mundurukú (± 7.500 no Pará), Xavante (± 10.000 em Mato Grosso), Makuxi (± 16.500 em Roraima) e o maior de todos, os Ticuna (mais de 30.000 no Amazonas). Muitos outros grupos, como os povos Poyanáwa, Arikapú, Mondé, Xipaya, Kuruáya e Guató (citando somente alguns), são bem pequenos, com menos de cinco falantes sobreviventes. Na média, os povos indígenas do Brasil têm menos de 200 falantes (Leite e Franchetto 2006).

Lembramos que estas estatísticas são todas estimativas; não temos informações sobre muitas populações indígenas e há menos informação ainda sobre o número de falantes de cada língua. Há ainda entre 40-50 grupos de índios isolados. Sobre estes, não sabemos nem o tamanho de suas populações nem podemos indentificar as línguas que falam. No entanto, as informações que atualmente temos mostram que: somente 15% dos grupos indígenas tem mais de 1000 falantes, 10% tem entre 501 e 1000 falantes, 18% tem entre 251 e 500 falantes, 25% tem entre 101 e 250 falantes, 8% tem entre 51 e 100, e 24% tem menos de 50 falantes.

Número de falantes por grupo indígena



Fonte: Moore e Gabas Jr. (2006)

¹ Fontes: ISA (Instituto Socioambiental), CIMI (Conselho Indigenista Missionário), (Rodrigues 2005), (Moore 2006).

² Fontes: FUNAI, ISA, (Franchetto 2005).

Devemos lembrar, também, que todas as línguas indígenas no Brasil, independentemente do tamanho da população falante, são “línguas minoritárias e dominadas, faladas em contextos cada vez mais sujeitos a mudanças profundas e rápidas” (Franchetto 2005). Portanto, todas as línguas indígenas no Brasil são ameaçadas.


As Tabelas 1-9 contêm informação sobre os grupos e as línguas indígenas amazônicas. Para montar as Tabelas, consultamos o website do ISA (Instituto Socioambiental), as duas últimas edições de *Povos Indígenas no Brasil* (Ricardo 2000, Ricardo e Ricardo 2006) e um artigo do lingüista Denny Moore (2006). O ISA é considerado a fonte mais atual e completa de informação sobre assuntos relativos aos povos indígenas do Brasil. O website do ISA tem dados sobre todos os grupos indígenas: a língua e a sua família lingüística, a localização do grupo e a população estimada, incluindo estatísticas sobre as populações multinationais (18.5% dos grupos). Os dados demográficos do website do ISA site provêm de organizações colaboradoras que trabalham diretamente com populações indígenas, principalmente FUNASA (Fundação Nacional da Saúde), FUNAI (Fundação Nacional do Índio), e CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

A fonte mais atualizada de informações lingüísticas³ é o artigo de Moore (2006). Este artigo reúne dados de muitas pesquisas recentemente realizadas, incluindo descrições de línguas nunca estudadas, novas classificações internas de famílias lingüísticas, e estudos de variantes e dialetos. É também a única fonte de informação sobre os números absolutos e proporcionais de falantes de línguas indígenas, e é a única a considerar questões como o grau de transmissão da língua para as gerações mais jovens e os tipos e a qualidade dos materiais escritos em e sobre cada língua.

As Tabelas são organizadas por estado e incluem dados sobre o tamanho de cada população indígena e, quando possível, o número de falantes. Assim, dão uma idéia da distribuição geográfica dos povos e das línguas indígenas da amazônia, e indicam a situação de uso da língua. Essas informações são importantes na hora de discutir políticas regionais e nacionais.


Nas Tabelas, o GRUPO LINGÜÍSTICO significa um grupo étnico ou cultural, que, na maioria dos casos, usa uma língua específica ou, em alguns casos, uma variante reconhecida. Há muitos casos de populações que moram em mais de um país, e para essas populações, na coluna LOCAL, os outros países são identificados por códigos: (B)olívia, (C)olômbia, (G)uiana, Guiana (F)rancesa, (P)eru, (S)uriname e (V)enezuela, e os dados da população que vive fora do Brasil aparece entre parênteses. Por exemplo, vemos na Tabela 1 que há 969 Ashaninka no Brasil e 55 mil no Peru.

³ Outras fontes importantes são as publicações de Aryon Rodrigues (1993; 2000; 2002, 2005).

					
TABELA 1. ACRE					
Grupo Lingüístico	Outros nomes	Família Lingüística ⁴	Local	População ⁵	Falantes
Apolima-Arara		?	AC	278	
Kontanawa		?	AC	250	
Nawa		?	AC	422	
Kulina/Madihá	Culina, Madija, Madiha	Arawá	AC/AM, (P)	2.537 (450)	% alta
Machineri	Manchineri, Yine	Aruak	AC	937	
Ashaninka	Kampa	Aruak	AC, (P)	969 (55.000)	
Arara Shawãdawa	Shawanauá	Pano	AC	332	9
Katukina	Takana	Pano	AC/AM	404	
Kaxinawá	Huni-Kuin, Cashinauá, Caxinauá	Pano	AC, (P)	4.500 (3.964)	
Nukini	Nuquini	Pano	AC	600	poucos/nenhum
Poyanawa	Poianáua	Pano	AC	403	2
Shanenawa	Katukina	Pano	AC	361	
Yaminawa	Jaminawá, Iaminawá, Xixinawá, Yawanawá, Bashonawá, Marinawá	Pano	AC, (P) (B)	855 (324) (630)	
Yawanawá	Iauanauá	Pano	AC, (P) (B)	519 (324) (630)	

⁴ As famílias Arikém, Awetí, Juruna, Mawé, Mondé, Mundurukú, Ramarama, Tupari e Tupi-Guarani pertencem ao tronco Tupi. As famílias Bororo, Jê, Karajá, Krenák e Rikbaktsá pertencem ao tronco Macro-Jê.


⁵ Não temos dados sobre a diversidade interna dos povos Kayapó, Nambikwara, Tiriyo e Wai Wai.


					
TABELA 2. AMAZONAS					
Grupo Lingüístico	Outros nomes	Família Lingüística	Local	População	Falantes
Kaixana	Caixana	?	AM	505	
Banawá-Yafi	Banawá	Arawá	AM	101	% alta
Deni		Arawá	AM	875	% alta
Jamamadi	Yamamadi, Kanamanti	Arawá	AM	884	% alta
Jarawara	Jarauara	Arawá	AM	175	% alta
Paumari	Palmari	Arawá	AM	892	
Zuruahã	Sorowaha, Suruwaha	Arawá	AM	144	% alta
Apurinã		Aruak	AM	3.256	
Baniwa	Baniua, Baniva, Walimanai, Wakuenai	Aruak	AM, (C) (V)	5.141 (7.000) (1.192)	% alta
Baré		Aruak	AM, (V)	10.275 (2.790)	poucos/ nenhum
Coripaco	Curipaco, Kuripako	Aruak	AM, (C)	1.115 (?)	% alta
Tariana	Tariano, Taliaseri	Aruak	AM, (C)	2.549 (205)	100
Warekena	Uarequena, Werekena	Aruak	AM, (V)	806 (491)	200
Miranha	Mirãnha, Miraña	Bora	AM, (C)	836 (445)	poucos/ nenhum
Tenharim	Kagwahiva	Tupi-Guarani	AM	699	
Kanamari	Tüküná, Canamari	Katukina	AM	1.654	% alta
Katukina	Tüküná	Katukina	AM	340	10
Tsohom Djapá	Tsunhum-Djapá, Tyonhwak Dyapa,	Katukina	AM	100	30
Cacua	Kakua, Kakura	Maku	AM, (C)	70 (150)	% alta
Dâw	Dow	Maku	AM	83	% alta
Hup	Hupda, Hupdë	Maku	AM, (C)	1,500 (?)	% alta
Kuyawi		Maku	AM	20	
Nadöb	Nadëb, Anodöb, Makundadöbo, Xiriwai, Guariba-tapuyo, Kabori	Maku	AM	400	% alta
Yuhup	Yuhupdë	Maku	AM, (C)	400 (?)	% alta


Sateré-Mawé	Sataré-Maué	Mawé	AM/PA	8.378	% alta
Mura		Mura	AM	9.299	poucos/ nenhum
Pirahã	Mura Pirahã	Mura	AM	389	% alta
Kaxarari	Caxarari	Pano	AM/RO	325	
Korubo		Pano	AM	25	
Kulina Pano	Culina	Pano	AM	125	
Marubo		Pano	AM	1.252	
Matis		Pano	AM	303	% alta
Matsés	Mayoruna	Pano	AM, (P)	1.592 (1.000)	% alta
Ticuna	Tikuna, Tukuna, Magüta	Ticuna	AM, (P) (C)	32,613 (4.200) (4.535)	% alta
Arapaso	Arapaço	Tukano	AM	569	poucos/ nenhum
Bará	Waípinõmakã, Waimajã	Tukano	AM, (C)	39 (296)	
Barasana	Hanera	Tukano	AM, (C)	61 (939)	
Desana	Desano, Dessano, Wira, Umækomasá	Tukano	AM, (C)	2.204 (2.036)	
Karapanã	Carapanã, Mæteamasa, ʔkopinõpõna	Tukano	AM, (C)	42 (412)	
Kubeo	Cubeo, Cobewa, Kubéwa, Pamíwa	Tukano	AM, (C)	381 (4.238)	% alta
Makuna	Macuna, Yeba-masã	Tukano	AM, (C)	32 (528)	
Miriti-tapuya	Miriti-Tapuia, Buia- Tapuya	Tukano	AM	75	poucos/ nenhum
Piratapuia	Waíkhana	Tukano	AM, (C)	1.433 (400)	
Siriano	Siria-Masã	Tukano	AM, (C)	71 (665)	
Tukano ⁶	Tucano, Ye'pã-masa, Dasea	Tukano	AM, (C)	6.241 (6.330)	% alta
Tuyuka	Tuiuca, Dokapuara, ʔtapinõmakãphõná	Tukano	AM, (C)	825 (570)	
Wanano	Uanano	Tukano	AM, (C)	735 (1.113)	% alta


⁶ As estatísticas desses grupos não incluem outros grupos étnicos que adotaram a língua. Exemplos são os Miranha, Baré e Mura, que atualmente falam Nheengatú, e os Tariana, Arapaso e Miriti-tapuyo, a maioria dos quais fala atualmente Tukano.


Jiahui	Djahui, Diarroi	Tupi-Guarani	AM	88	
Júma	Yuma	Tupi-Guarani	AM	5	poucos/nenhum
Kambeba	Cambeba, Omágua	Tupi-Guarani	AM	347	
Kokama	Cocama	Tupi-Guarani	AM, (C) (P)	9.000 (236) (10.705)	5
Nheengatú ⁸	Língua Geral	Tupi-Guarani	AM	6,000	
Parintintin		Tupi-Guarani	AM	284	
Torá		Txapakura	AM	312	poucos/nenhum
Witoto	Uitoto, Huitoto	Witoto	AM, (P) (C)	? (2.775) (5.939)	

	TABELA 3. AMAPÁ				
Grupo Lingüístico	Outros nomes	Família Lingüística	Local	População	Falantes
Palikur	Aukwayene, Aukuyene, Paliku'ene	Aruak	AP, (F)	1.330 (470)	
Karipuna do Amapá	Caripuna	Crioulo/Francês	AP	1.235	
Galibi	Galibi do Oiapoque	Karib/Crioulo	AP (F)	66 (2.000)	
Galibi Marworno	Galibi do Uaçá, Aruã, Uaçauara, Mum Uaçá	Kheuol/Crioulo	AP	2.177	
Wajãpi	Wayampi, Waiãpi Oyampi, Wayãpy,	Wajãpi (Tupi-Guarani)	AP, (F)	756 (412)	% alta


					
TABELA 4. RONDÔNIA					
Grupo Lingüístico	Outros nomes	Família Lingüística	Local	População	Falantes
Aikanã	Aikaná, Massaká, Tubarão, Cassupá, Corumbiara	Aikanã	RO	180	
Akunsu	Akuntsu	Tupari	RO	6	6
Karitiana	Caritiana, Yjxa	Arikém	RO	320	% alta
Arikapu	Aricapu	Jaboti	RO	29	2
Jabuti	Jeoromitxi	Jaboti	RO	165	30
Kanoê	Canoê, Kapixanã	Kanoê	RO	95	5
Kwazá	Coaiá, Koaiá	Kwazá	RO	33	25
Aruá		Mondé	RO	69	12
Gavião	Digü	Mondé	RO	459	% alta
Paiter	Suruí Paíter	Mondé	RO	1.007	% alta
Puruborá		Puruborá	RO	62	poucos
Karo	Arara	Ramarama	RO	170	% alta
Ajuru		Tupari	RO	94	8
Macurap	Makurap	Tupari	RO	381	
Sakurabiat	Mekens	Tupari	RO	84	25
Tupari		Tupari	RO	433	% alta
Cinta Larga		Tupi Mondé	RO / MT	1.440	% alta
Amondawa		Tupi-Guarani	RO	83	
Karipuna	Caripuna	Tupi-Guarani	RO	14	
Uru-Eu-Wau-Wau	Urueu-Uau-Uau, Urupain, Jupaú	Tupi-Guarani	RO	100	% alta
Kujubim	Kuyubi	Txapakura	RO	55	2
Orowin		Txapakura	RO	56	5
Pakaa Nova	Wari	Txapakura	RO	2.721	% alta

					
TABELA 5. PARÁ					
Grupo Lingüístico	Outros nomes	Família Lingüística	Local	População	Falantes
Ewarhuyana		?	PA	12	
Hixkariana	Hiskariana	?	PA/RR	631	% alta
Xipaya	Shipaya	Juruna	PA	595	2
Yudjá	Juruna, Yuruna	Juruna	PA/MT	362	% alta
Katxuyana		Karib	PA	230	% alta
Wayana	Waiana, Uaiana	Karib	PA, (S) (G)	288 (400) (800)	% alta
Aparai	Apalai	Karib	PA	317	% alta
Arara	Ukarãgmã, Ukarammã	Karib	PA	271	% alta
Katuena	Waiwai	Karib	PA	136	% alta
Tiriyó (3 subgrupos)	Tiriyó, Trio, Tarëno, Kah'yana Tsikuyana	Karib	PA, (S)	1.156 (1.400)	% alta
Xikrin	Put Karot	Jê	PA	1.343	
Kuruaya	Curuaia	Munduruku	PA	129	3
Munduruku	Mundurucu	Munduruku	PA	10.065	% alta
Gavião	Parkatejê, Gavião do Mãe Maria	Timbira (oriental)	PA	476	
Parakanã	Paracanã, Apiterewa	Tupi-Guarani	PA	900	% alta
Amanayé	Amanaié	Tupi-Guarani	PA	192	poucos/ nenhum
Anambé		Tupi-Guarani	PA	182	6
Araweté	Araueté	Tupi-Guarani	PA	339	% alta
Asurini do Tocantins	Akuáwa	Tupi-Guarani	PA	384	% alta
Asurini do Xingu	Awaeté	Tupi-Guarani	PA	124	% alta
Suruí	Aikewara	Tupi-Guarani	PA	264	% alta
Tembé	Timbé, Tenetehara	Tupi-Guarani	PA/MA	1.425	
Turiwara		Tupi-Guarani	PA	60	
Zo'é	Poturu	Tupi-Guarani	PA	177	% alta


					
TABELA 6. TOCANTINS					
Grupo Lingüístico	Outros nomes	Família Lingüística	Local	População	Falantes
Krahô Kanela		?	TO	83	
Apinayé	Apinajé, Apinaié	Jê	TO	1.525	% alta
Xerente	Akwen, Akwe, Awen	Jê	TO	2.569	
Javaé	Karajá, Itya Mahãdu	Karajá	TO	1.208	% alta
Xambioá	Northern Karajá, Ixybiowa, Iraru mahãdu	Karajá	TO	269	10
Krahô	Craô, Kraô, Timbira, Mehim	Eastern Timbira	TO	2.814	% alta
Avá-Canoeiro		Tupi-Guarani	TO/ GO	16	14

					
TABELA 7. RORAIMA					
Grupo Lingüístico	Outros nomes	Família Lingüística	Local	População	Falantes
Wapixana	Uapixana, Vapidiana, Wapisiana, Wapishana	Aruak	RR, (G)	6.844 (4.000)	
Makuxi	Macuxi, Macushi, Pemon	Karib	RR, (G)	23.433 (9.500)	% alta
Patamona	Kapon	Karib	RR, (G)	87 (5.500)	
Taurepang	Taulipang Pemon, Arekuna	Karib	RR, (V)	582 (20.607)	% alta
Wai Wai (4 subgrupos)	Waiwai: Karafawyana, Xereu, Katuena Mawayana	Karib	RR/AM/PA (G)	2.805 (130)	% alta
Waimiri-Atroari	Kinã, Kinja	Karib	RR/AM	1.120	% alta
Yekuana	Maiongong, Ye'kuana, Yekwana	Karib	RR, (V)	430 (4.800)	% alta

Ingarikó	Ingaricó Akawaio, Kapon	Karib	RR, (G) (V)	891 (4.000) (728)	% alta
Yanomami	Ianomãmi, Ianoama, Xirianá	Yanomami	RR/AM, (V)	15.682 (15.193)	% alta
Yanomam	Yanomae	Yanomami	RR/AM, (V)	4000	% alta
Sanumá		Yanomami	RR/AM, (V)	462	% alta
Ninam	Yanam	Yanomami	RR/AM, (V)	466	% alta

					
TABELA 8. MATO GROSSO					
Grupo Lingüístico	Outros nomes	Família Lingüística	Local	População	Falantes
Arara do Aripuanã	Arara do Beiradão	Mondé	MT	57	
Mehinako	Meinaku, Meinacu	Aruak	MT	227	% alta
Pareci	Paresi, Haliti	Aruak	MT	1.416	
Wauja	Uaurá, Waurá	Aruak	MT	410	% alta
Yawalapiti	Iaualapiti	Aruak	MT	222	8
Enawenê-Nawê	Salumã	Aruak	MT	445	% alta
Aweti	Aueti	Aweti	MT	157	% alta
Bororo	Boe	Bororo	MT	1.392	
Umutina	Omotina, Barbados	Bororo	MT	392	
Kuikuro	Kuikuru	Carib	MT	509	% alta
Chiquitano	Chiquito	Chiquito	MT (B)	737 (55.000)	
Iranxe	Manoki	Iranxe	MT	88	
Menky	Manoki, Myky	Iranxe	MT	78	
Kayapó (7 subgrupos)	Mebengokre, Caiapó, Gorotire, A'ukre, Kikretun, Mekrãnoti, Kuben- Kran-Ken, Kararaô Kokraimoro, Metuktire	Jê	MT/PA	5.923	% alta
Panará	Krenhakarore, Krenakore, Krenakarore,	Jê	MT/PA	303	% alta

	Índios Gigantes, Kreen-akarore				
Kisêdjê	Suyá, Suiá	Jê	MT	351	% alta
Tapayuna	Beço-de-Pau	Jê	MT	58	
Xavante	A'uwe, Awen, Akwe, Akwen	Jê	MT	12.845	% alta
Karajá	Carajá, Iny	Karajá	MT/TO/PA	2.532	% alta
Ikpeng	Txikão	Karib	MT	342	% alta
Matipu		Karib	MT	103	poucos/nenhum
Nahukuá	Nafukuá	Karib	MT	124	% alta
Naruvoto		Karib	MT	78	
Bakairi	Kurâ, Bacairi	Karib	MT	910	% alta
Kalapalo	Calapalo	Karib	MT	504	% alta
Zoró	Pageyn	Mondé	MT	464	% alta
Nambikwara (3 subgrupos)	Anunsu, Negarotê, Nhambiquara Halotesu, Kithaulu, Wakalitesu, Sawentesu, Sararé Mamaindê, Latundê, Sabanê, Manduka, Tawandê, Wasusu, Hahaintesu, Alantesu, Waikisu, Alaketesu,	Nambikwara	MT/RO	1.715	
Rikbaktsa	Canoeiros, Erigpaktsa	Rikbaktsa	MT	1.117	
Trumai		Trumai	MT	147	51
Apiaká	Apiacá	Tupi- Guarani	MT	192	6
Kaiabi	Caiabi, Kayabi	Tupi- Guarani	MT/PA	1.619	% alta
Kamayurá	Camaiurá	Tupi- Guarani	MT	492	% alta
Tapirapé	Tapi'irape	Tupi- Guarani	MT	564	

					
TABELA 9. MARANHÃO					
Grupo Lingüístico	Outros nomes	Família Lingüística	Local	População	Falantes
Gavião	Pukobiê, Pykopjê, Gavião do MA	Jê	MA	494	
Kanela Apaniekra	Canela, Timbira	Jê	MA	506	% alta
Kanela Rankokamekra	Canela, Timbira	Jê	MA	1.764	% alta
Krikati	Krinkati, Timbira	Jê	MA	693	
Guajá	Awá, Avá	Tupi-Guarani	MA	283	% alta
Guajajara	Tenethehara	Tupi-Guarani	MA	19.471	
Kaapor	Urubu-Kaapor, Ka'apor, Kaaporté	Tupi-Guarani	MA	991	% alta

2. Políticas lingüísticas

2.1. Direitos na Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal brasileira de 1988 “incorporou pela primeira vez na história o reconhecimento dos povos indígenas como etnias que têm o direito coletivo à sua cultura e à sua língua” (Müller 2005). Os direitos básicos dos povos indígenas são definidos no Título VIII (da Ordem Social), Capítulo VIII (Povos Indígenas), Artigo 231, que reconhece os direitos gerais dos povos indígenas:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Algumas subseções desse mesmo Artigo 231 falam dos direitos territoriais de ocupação e uso de terras indígenas. Essas subseções são de extrema importância para a preservação das línguas indígenas. Elas reconhecem o status minoritário dos grupos indígenas e afirmam a relação entre ocupação territorial e sobrevivência da língua. Concordamos com o que diz Nietta Monte:

. . . só a unidade territorial reforça as redes sociais de uma minoria etno-lingüística sendo então possível contrariar o impacto deslocador de um grupo e língua dominante. Ou seja, é a fundação de maior relevância para a sobrevivência dos povos e línguas indígenas da América. (Monte 2000:185)

O Artigo 210 do Capítulo VIII, Seção I (Educação), fala especificamente sobre a questão do uso das línguas indígenas nas escolas. Ele reconhece oficialmente o pluralismo cultural dos povos indígenas e estabelece a meta da educação bilingüe, afirmando que:

[Enquanto] o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, [será] assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Os Artigos 215 e 216 do Título VIII, Capítulo III, Seção II (Cultura) também merecem destaque. No Artigo 215, lemos que:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. [No mais] o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

O Artigo 216 entra em maiores detalhes e estabelece como patrimônio cultural brasileiro:

[Todos] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem 1) as formas de expressão; 2) modos de criar, fazer e viver; 3) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; 4) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e 5) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

E também estipula a proteção desse patrimônio, dizendo que:

O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Dessa forma, a Constituição brasileira estabelece a base legal e as diretrizes para a formulação de políticas nacionais de manutenção e fortalecimento das línguas indígenas, a preservação das tradições orais e a valorização da diversidade cultural. Em primeiro lugar, a Constituição reconhece e garante aos povos indígenas os direitos à diversidade cultural, ao uso de suas línguas e à integridade territorial. Segundo, a Constituição afirma o direito dos povos indígenas à educação linguisticamente diferenciada e culturalmente apropriada. Terceiro, ela promete proteger as línguas indígenas como componente básico do patrimônio imaterial cultural do país (o Brasil).

Vamos conhecer, agora, as políticas federais e estaduais específicas que existem hoje, para a educação e a proteção do patrimônio cultural e lingüístico dos povos indígenas.

2.2. Ministério de Educação (MEC)

No Ministério da Educação (MEC), hoje, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD, formado em 2004) e, dentro do seu Departamento de Diversidade, a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI) são responsáveis para

- a) melhorar a educação básica e a formação dos professores das escolas indígenas;
- b) estimular a produção e publicação de materiais didáticos destinados às escolas indígenas; e c) promover o conhecimento da diversidade étnica, lingüística e cultural da população brasileira em geral.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, de 1996) estabelece a base legal para a educação nas escolas indígenas. Artigo 32 da Seção III (Educação Básica) afirma o direito dos povos indígenas à “**utilização de suas línguas maternas** e processos próprios de aprendizagem” nas escolas de suas comunidades.

Dois artigos do Título VIII também falam do uso das línguas indígenas nas escolas. O Artigo 78 diz que o Sistema Nacional de Educação, junto a outros órgãos federais, como a FUNAI:

Desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas [tendo como objetivos] proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; [e] a valorização de suas línguas e ciências.

O Artigo 79 estabelece como dever do Estado fornecer apoio técnico e financeiro aos projetos de educação indígena. Também afirma que esses projetos devem ser elaborados com a participação das comunidades indígenas para:

. . . fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena; manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; [e] elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Outra legislação importante é o Parecer do Conselho Nacional de Educação, ratificada in 1999. Este Parecer reconhece oficialmente a “Escola Indígena” como categoria própria dentro do sistema nacional de educação. O Parecer também define os órgãos administrativos (federais, estaduais e municipais) responsáveis pela educação indígena, estabelece regulamentos para a formação e contratação de professores indígenas, discute a flexibilidade dentro do currículo escolar e dá as diretrizes da estrutura e funcionamento das Escolas Indígenas.

A LDB diz que as escolas indígenas devem ter um quadro de professores indígenas das próprias comunidades. Para alcançar esse objetivo, houve investimento em vários cursos de formação de professores, administrados por parcerias das Secretarias Estaduais de Educação (SEDUCs) com universidades federais e estaduais, ONGs e associações de professores e das comunidades.

Magistérios indígenas e cursos de formação continuada

Os "Magistérios Indígenas", organizados por departamentos estaduais e municipais de educação em toda a Amazônia, foram concebidos para garantir uma formação básica a todas os professores indígenas. Completando o Magistério, o professor é capacitado a dar aulas de 1^a a 4^a série.

Além dos Magistérios, tanto o MEC quanto as SEDUCs de vários estados têm organizado cursos de formação continuada para professores com magistério completo. Os cursos tratam de vários temas com objetivos específicos como, por exemplo: ajudar os professores a desenvolver currículos, usar métodos de ensino bilingüe, discutir ortografias, fazer pesquisa antropológica e incorporar conhecimentos tradicionais no currículo escolar, e elaborar materiais monolíngües e bilingües para as escolas indígenas.

Alguns cursos de formação de professores datam de longo tempo. Por exemplo, os programas com os Xavante e os Tapirapé (MT), os Tikuna (AM), e os programas organizados pela Comissão Pró-Índio no Acre começaram antes dos programas estabelecidos pela Constituição. De acordo com o MEC, desde os anos 80, mais de 80% dos 2.500 professores indígenas receberam algum tipo de formação continuada: 1.600 através de cursos oferecidos pelos SEDUCs, como o Projeto Tucum do estado de Mato Grosso, e mais 500 através de programas desenvolvidos por ONGs e organizações indígenas como a Organização Geral de Professores Ticuna Bilingües (AM), a Organização dos Professores Indígenas do Acre (AC), a Comissão Pró-índio do Acre (CTI-AC), o ISA/FOIRN—Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (SP/AM), Vyty-Cati do Povo Timbira (MA), Comissão Pró-Yanomami (CCPY—RR), Centro de Trabalho Indigenista (CTI—Brasília/MA/TO), Associação Terra Indígena Xingu (MT), e Operação Amazônia Nativa (MT), entre outros⁷.

Educação superior: os cursos mais antigos

Dentro da proposta de educação diferenciada, existem atualmente dois cursos universitários voltados especialmente para a formação de professores indígenas. Conhecidos como "Terceiro Grau Indígena", estes cursos foram desenvolvidos nos estados de Mato Grosso e Roraima para atender as demandas locais para professores indígenas capacitados a dar aula de 5^a a 8^a série e no ensino médio. O primeiro curso é ministrado pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) no campus rural em Barra do Bugres, com apoio da FUNAI e do MEC⁸. Os professores formados nesse curso são licenciados para dar aulas em uma de três áreas de concentração: línguas, literatura e artes; ciências sociais (história, geografia, antropologia e sociologia); matemática e ciências naturais. Os primeiros 200 alunos, que começaram em 2001, se formaram em junho de 2006; a segunda turma de 100 alunos iniciou seus estudos em janeiro de 2005. Alunos que optam pela especialização em línguas são candidatos potenciais para a formação em lingüística e podem constituir a primeira turma de lingüistas indígenas do Brasil.

O segundo curso de Terceiro Grau Indígena é da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Começou com dois grupos de 60 alunos que iniciaram os estudos em 2003. Um outro grupo de 60 alunos começou no meio desse mesmo ano. Atualmente, o MEC estuda novos projetos que devem atender a demandas de outros estados.

⁷ Para conhecer mais sobre esse projectos, ver os artigos em (Ricardo 2000; Ricardo e Ricardo 2006), (Silva 2001) e (Kahn e Azevedo 2004).

⁸ Mais informação sobre esse curso pode ser encontrado em três publicações da UNEMAT (Ruriõ et al. 2002) (Taukane et al. 2003) e (Franchetto et al. 2004).

A segunda área de atuação do MEC é de apoiar o desenvolvimento de materiais pedagógicos e de alfabetização para uso nas escolas indígenas. Alguns desses materiais são frutos dos cursos de formação de professores, e outros são produtos de projetos como, por exemplo, os Programas de Educação assessorados pelo ISA no Xingu e no Alto Rio Negro, que publicaram 38 livros desde 1996. Em 2004, o MEC investiu aproximadamente R\$480,000 em publicações para uso em escolas indígenas e novos livros são periodicamente avaliados.

A terceira responsabilidade do MEC, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é de apoiar a elaboração de materiais informativos sobre os povos indígenas para uso em escolas não-indígenas. Esses materiais devem educar a população não-indígena sobre a diversidade étnica, lingüística e cultural do país. Em 1997, por exemplo, o MEC e o programa de Ensino pela TV produziram 10 vídeos sobre questões indígenas. Mas, é preciso fazer muito mais para educar o povo brasileiro sobre a situação das culturas e línguas indígenas. Muitos brasileiros ainda pensam que todas as línguas indígenas são algum tipo de “Tupi” e não têm idéia do verdadeiro grau de diversidade lingüística do país. No mais, a maior parte da população (e, infelizmente, muitos indígenas) ainda acredita que as línguas indígenas são “primitivas”, que são de alguma forma incompletas ou pobres, e as chamam de “dialetos”, ou pior, de “gíria”. Idéias como essas só podem ser combatidas com muito investimento em educação e um trabalho de longo prazo que dê visibilidade maior às questões relacionadas ao pluralismo cultural and lingüístico que existe no Brasil.

De acordo com o Censo Escolar feito pelo Instituto de Pesquisa em Educação do MEC em 2003, há atualmente cerca de 2.079 escolas em territórios indígenas. Essas escolas são frequentadas por aproximadamente 150.000 alunos e 85% dos 7.000 professores dessas escolas são indígenas (Kahn e Azevedo 2004:64). Nos níveis estaduais e municipais, há uma grande variedade de programas e agentes envolvidos na gestão da educação indígena. Há alianças de órgãos estaduais e municipais com universidades, ONGs (nacionais e internacionais), associações comunitárias e, às vezes, organizações religiosas como CIMI e ALEM—Associação Lingüística Evangélica Missionária, ligada à Sociedade Internacional de Lingüística (SIL). Essas organizações oferecem ajuda para projetos de educação, mas têm com objetivo básico a evangelização e a conversão dos povos indígenas. Esse objetivo entra em conflito direto com os princípios filosóficos e legais da educação indígena autônoma e auto-determinada.

2.3. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MC/IPHAN)

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado em 1937 e é responsável pelo registro e proteção do patrimônio cultural e artístico do país. Seus registros incluem centenas de milhares de documentos escritos, mapas, fotografias e objetos em museus. O IPHAN já registrou, como memória do passado, centenas de prédios, parques, jardins e ruínas, e cerca de 10.000 sítios arqueológicos.

Em 2000, IPHAN começou um novo programa que trata do patrimônio cultural imaterial. Desde então, três formas de conhecimento cultural, duas formas de expressão—um sendo a expressão oral e gráfica dos Wayãpi (também incluído no registro de Patrimônio Cultural e Oral da Humanidade da UNESCO)—e uma forma de cerimônia já foram registrados. Em outubro de 2006, inaugurou-se o novo Livro de Lugares com o registro da Cachoeira de Iauaretê (Alto Rio Negro) como lugar sagrado do povo Tariana.

O IPHAN também considera as línguas patrimônio imaterial ou intangível e assume que devem ser protegidas. O primeiro passo nesse sentido é a elaboração de um roteiro único e a organização, junto a instituições acadêmicas e de pesquisa, de um levantamento de todas as línguas faladas no território nacional. Esse diagnóstico fornecerá dados sócio-lingüísticos quantitativos e qualitativos sobre número de falantes, graus de fluência, situações de bilingüismo e multilingüismo, contextos e domínios de uso e grau de vitalidade de cada língua. O segundo passo deve ser a criação de um livro de registro das línguas, devidamente documentadas.

2.4. Ministério do Meio Ambiente (MMA/PDPI)

O terceiro órgão governamental que trabalha com a proteção das línguas indígenas é o Ministério do Meio Ambiente, através do seu Programa de Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (PDPI). O programa PDPI começou em 1997 e os primeiros nove projetos foram aprovados em 2003. O programa financia projetos até R\$ 400.000, e todos os projetos são desenvolvidos e ministrados por organizações e comunidades indígenas. Há três áreas temáticas: proteção territorial, atividades econômicas sustentáveis, e reconhecimento ou documentação cultural. A maioria dos mais de 60 projetos aprovados até agora trata de atividades econômicas sustentáveis. Mais de 20 outros são projetos de reconhecimento cultural e dois projetos lidam diretamente com a revitalização lingüística. Um trata da revitalização da língua Nheengatu entre seis grupos—os Kambeba, Miranha, Kanamari, Kokama, Tikuna e Mayoruna—que vivem em comunidades perto de Tefé (AM), e o outro apoia a revitalização da língua Tariana, através do Centro Cultural e Escola Tariana em Iauareté (AM).

De fato, cada vez mais, os projetos PDPI mostram que o desenvolvimento sustentável, a ocupação territorial, a diversidade cultural e a preservação das línguas são todos interligados. Um exemplo claro é o projeto de 2005 de um conjunto de famílias Waikhana (Piratapuyo) que, depois de morar 16 anos em Iauareté, fizeram um projeto de re-ocupação de suas comunidades tradicionais no rio Papuri (AM, na fronteira com Colômbia). Mesmo tendo como objetivo maior a re-ocupação territorial, esse projeto também reforça propostas que visam o fortalecimento da língua—como a formação de uma escola indígena Waikhana no rio Papuri—já que na situação atual, a língua está caindo em desuso devido ao fluxo migratório da população e o uso crescente da língua Tukano pelos jovens.

2.5. FUNAI e o Museu do Índio

A FUNAI mantém o Museu do Índio na cidade do Rio de Janeiro. No passado, esse museu não se envolvia diretamente com a documentação das línguas indígenas, mas atualmente se coloca na frente de importantes iniciativas como a instalação de um servidor dedicado à preservação de acervos de registros de dados lingüísticos, o estabelecimento do Programa de Documentação de Línguas Indígenas Brasileiras, e o apoio a centros regionais de documentação, arquivamento, e distribuição de materiais.

2.6. Projetos no nível de Estado/Município: a co-oficialização das línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira

Num caso único no país, o município de São Gabriel da Cachoeira (AM)—onde 95% da população é indígena—aprovou uma lei (no. 145/2002) de co-oficialização de três línguas indígenas: Nheengatu, Tukano, e Baniwa. Atualmente discute-se a implementação dessa lei, inclusive os meios de garantir traduções de comunicações oficiais e de fornecer os serviços básicos em versões multi-língües. Mesmo enfrentando uma série de dificuldades de implementação, essa lei chama atenção nacional às questões de multilingüísmo e pluralidade cultural dentro de centros urbanos (cidades). A lei também tem importância simbólica, porque traz um reconhecimento oficial do fato de que muitas línguas além do português são usadas no dia-a-dia por milhares de cidadãos brasileiros.

3. Quem trabalha com projetos de estudo e fortalecimento das línguas indígenas?

Infelizmente, para os grupos indígenas, nem sempre é fácil conseguir ajuda e assessoria para projetos de estudo e fortalecimento de suas línguas. Organizações políticas como a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e a FOIRN não se envolvem diretamente com projetos de documentação, manutenção, ou revitalização lingüística, embora às vezes servem de ponte de contato com pesquisadores e assessores através de seus comitês de educação. No caso da FOIRN, a sua parceria com o ISA em projetos de educação no Alto Rio Negro tem resultado no reconhecimento da importância das questões ligadas às línguas da região e um apoio maior a projetos de documentação.

É também preocupante que as dificuldades de se conseguir apoio para os projetos de estudo e fortalecimento das línguas indígenas abra caminho para a entrada de grupos missionários como SIL, ALÉM e Missão Novas Tribos (NTM). Muitas vezes, esses grupos chegam nas comunidades indígenas prometendo estudar a língua, desenvolver uma ortografia e trabalhar com alfabetização. Às vezes cumprem as promessas, mas a maior parte dos resultados da “lingüística missionária” têm sido muito criticados⁹. Também devemos lembrar que o objetivo principal do trabalho missionário não é a pesquisa lingüística, mas a conversão dos índios. E a conversão sempre leva à transformação ou ao abandono das tradições e das práticas culturais de um povo—aos poucos são proibidas ou deixam de ser realizadas as cerimônias tradicionais e o ensino das artes verbais não chega aos jovens. Mesmo que os missionários neguem ou diminuam os efeitos destruidores de suas atividades, é difícil imaginar como os objetivos do trabalho missionário possam ser conciliados com os objetivos de reconhecimento, fortalecimento e preservação da diversidade cultural e lingüística brasileira.

Felizmente, há um número cada vez maior de instituições não-missionárias envolvidas em projetos que visam à preservação das culturas e das línguas indígenas. Por um lado, há órgãos governamentais e ONGs que atuam no âmbito da educação, e por outro, há universidades e centros de pesquisa que investem em projetos de documentação e estudos científicos¹⁰.

⁹ Para mais informação sobre a atuação de grupos de missionários-lingüístas no Brasil, ver (Leite 1981), (Leite e Franchetto 2006), (Franchetto 2001) e (Moore e Gabas Jr. 2006).

¹⁰ Os artigos de (Moore e Storto 1992), (Seki 1999), (Leite e Franchetto 2006) e (Franchetto 2000; 2001) tratam da história da pesquisa lingüística no Brasil.

As universidades e as instituições onde se estudam as línguas indígenas

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional—UFRJ. O Setor de Lingüística do departamento de Antropologia no Museu Nacional foi criado em 1961 e tem um dos programas de pesquisa mais antigos e respeitados do Brasil. Atualmente há projetos de pesquisa de línguas Karib, Jê, Tikuna, Pano, Tupi-Guaraní e Tukano Oriental.

Universidade de Brasília—UnB. A Universidade de Brasília foi fundada em 1962 e ministra programas de mestrado e doutorado em lingüística indígena através do Laboratório de Línguas Indígenas (LALI). Há pesquisas sobre uma grande variedade de línguas do tronco Tupi, e também de línguas Jê, Karib, e isoladas.

Universidade Estadual de Campinas—UNICAMP. A UNICAMP é a única universidade do Brasil que tem cursos de bacharelado, mestrado e doutorado em lingüística. O Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) foi estabelecido em 1978 e é agora um dos centros mais importantes de pesquisa de línguas indígenas no Brasil. Há estudos de línguas Guaikuru, Tupi, e do tronco Macro-Jê e também de línguas faladas no Parque do Xingu das famílias Karib, Aruák e Jê.

Universidade Federal de Pernambuco—UFPE. O Núcleo de Estudos Indígenas da UFPE foi estabelecido em 1980 e oferece curso de mestrado. Há pesquisa de línguas Pano e do tronco Macro-Jê.

Museu Paraense Emílio Goeldi—MPEG. O Museu Goeldi foi fundado em 1866 e é mantido atualmente pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Desde os anos 80, a Divisão de Lingüística desenvolve três linhas de pesquisa sobre línguas indígenas: documentação e análise, lingüística diacrônica (histórica), e relações entre língua, sociedade e cultura. Os projetos de pesquisa atuais priorizam línguas do tronco Tupi, línguas isoladas e línguas das famílias Karib, Aruák, e Pano.

Universidade Federal do Pará—UFPA. O programa de mestrado em lingüística começou em 1987 e se desenvolveu rapidamente, sendo agora amplamente reconhecido como um dos melhores do Brasil. Há projetos de pesquisa de línguas Aruak e dos troncos Macro-Jê e Tupí.

Universidade Federal de Goiás—UFG. Desde o final da década de 80, o Setor de Etnolingüística do Museu Antropológico mantém programa de pesquisa em lingüística com cursos de mestrado e doutorado. As pesquisas priorizam línguas do tronco Macro-Jê.

Universidade de São Paulo—USP. O curso de pós-graduação em lingüística começou nos anos 70 e é conhecido como um dos melhores do Brasil em teoria lingüística. Desde o início da década de 90 há também pesquisa de línguas indígenas das famílias Tupi-Guaraní e Jê.

Universidade Federal de Santa Catarina—UFSC. Atualmente há pesquisa sobre as línguas Xokleng e Kaingang (família Jê) faladas no sul do Brasil.

Universidade Federal de Alagoas—UFAL. As pesquisas atuais enfocam línguas Pano e do tronco Macro-Jê.

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia—INPA. O Núcleo de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais foi fundado em 2002 e desenvolve cinco projetos de pesquisa envolvendo línguas indígenas.

Universidade Federal do Amazonas—UFAM. Um novo programa de pesquisa antropológica e lingüística foi aberto em 2006 no Museu Amazônico da UFAM.

4. A documentação lingüística

Os esforços de documentação lingüística estão crescendo no Brasil. Alguns pesquisadores têm recebido apoio de programas internacionais novos de documentação de línguas ameaçadas: DOBES (Alemanha), ELDP (Inglaterra), NSF-DEL e USAID (ambos dos Estados Unidos). A troca de experiências desses lingüístas com outros pesquisadores, alunos e as próprias comunidades indígenas é muito importante. O sucesso de seus projetos aumenta as chances de captação de recursos para projetos futuros e os seus conhecimentos contribuem para a disseminação das metodologias e padrões internacionais de documentação de línguas e culturas.

Os projetos que receberam apoio do programa DOBES foram os da Bruna Franchuetto (MN) para a documentação de **Kuikuro** (Karib); Sebastian Drude (Universidade Livre de Berlin e MPEG) para a documentação de **Awetí** (Awetí); Raquel Guirardello (Instituto Max Planck e MPEG) para a documentação de **Trumai** (isolada); e Sérgio Meira (Universidade de Leiden e MPEG) para pesquisa de **Mawé** (Mawé/ tronco Tupi), **Bakairi**, e **Katxuyana** (ambos Karib).

O programa ELDP deu apoio financeiro a projetos de documentação e pesquisa de Denny Moore, Ana Vilacy Galúcio (ambos do MPEG), Carmen Rodrigues (UFPA), e Didier Demolin (USP) com cinco línguas Tupi extremamente ameaçadas: **Sakurabiat/Mekens**, **Puruborá**, **Salamã/Mondé**, **Xipaya** e **Ayuru**; Sidney Facundes (UFPA) da língua **Apurinã** (Aruak); Nilson Gabas Jr. (MPEG) sobre a língua **Karo** (Ramarama/tronco Tupi); Eduardo Ribeiro (Universidade de Chicago e UFG) sobre **Ofayé** (Macro-Jê); Filomena Sandalo (UNICAMP) de documentação de **Kadiwéu** (Mataco-Guaicuru); Kristine Stenzel (MN) pesquisa as línguas **Kotiria(Wanano)** e **Waikhana(Piratapuyo)** e Ubiray de Rezende (MN) que pesquisa a língua **Enawên-Nawê** (Aruak). Kristine Stenzel (MN) também recebeu financiamento do programa DEL para a pesquisa inicial da língua **Waikhana/Piratapuyo** (Tukano Oriental). E, finalmente, o Museu Goeldi recebeu apoio da USAID para fornecer serviços de documentação a comunidades indígenas que querem graver e/ou filmar suas artes verbais, música e conhecimentos tradicionais para as gerações futuras.

5. Como podemos trabalhar melhor?

a) Conhecendo mais sobre a situação das línguas indígenas no país

Precisamos, em primeiro lugar, fazer um levantamento nacional de todos os grupos indígenas e avaliar, junto com os falantes, a situação de cada língua. O levantamento deve ser feito com ampla participação dos povos indígenas e deve incluir, além de informações básicas sobre o tamanho de cada população e o número de falantes, uma avaliação das situações em que língua é usada ou está deixando de ser usada, e—mais importante de tudo—verificar se as crianças estão aprendendo a língua. Ao mesmo tempo, o levantamento deve registrar todos os materiais escritos sobre a língua e os materiais escritos existentes na língua (por exemplo, materiais pedagógicos e de alfabetização, coletâneas de narrativas ou outros textos publicados). Finalmente, no decorrer do levantamento, devemos conversar com cada grupo sobre suas necessidades e desejos, e discutir os vários tipos de projetos de documentação, fortalecimento ou revitalização que podem ser desenvolvidos.

Reunindo todas essas informações, podemos montar um mapa da diversidade lingüística do Brasil, indentificar as situações mais críticas, e traçar planos de ação. Podemos reconhecer também as situações que precisam de estudos mais aprofundadas sobre bilingüísmo, multilingüísmo, mudança ou perda lingüística, e contato entre línguas, lembrando que há populações indígenas no campo e também em áreas urbanas e que muitas populações são binacionais (moram em dois países diferentes).

b) Formando pesquisadores, desenvolvendo projetos participativos, e produzindo resultados de boa qualidade

Para conhecer, valorizar e preservar a imensa riqueza cultural e lingüística no Brasil, precisamos formar mais e melhores pesquisadores e precisamos lutar pelo apoio reforçado e pela participação cada vez maior de parceiros governamentais e não-governamentais. É necessário também reforçar os estudos de línguas indígenas dentro dos cursos de lingüística e disseminar as práticas de pesquisa e de documentação de acordo com normas internacionais atuais. Assim, os resultados serão de boa qualidade e de benefício duradouro para os povos indígenas. Finalmente, devemos buscar desenvolver projetos com a participação ampla dos grupos indígenas e ter como objetivos a capacitação de novos técnicos de documentação e a formação de lingüístas indígenas.

BIBLIOGRAFIA

- FRANCHETTO, BRUNA. 2000. O conhecimento científico das línguas indígenas da Amazônia no Brasil. *As Línguas Amazônicas Hoje*, Francisc Queixalos e O. Renault-Lescure (eds.). São Paulo: Instituto Socioambiental. 165-82.
- . 2001. Línguas Indígenas no Brasil: pesquisa e formação de pesquisadores. *Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*, Luís Donisete B. Grupioni, Lux B. Vidal e Roseli Fischmann (eds.). São Paulo: EdUSP/UNESCO. 133-53.
- . 2004. Línguas indígenas e comprometimento lingüístico no Brasil: situação, necessidades e soluções. *Cadernos de educação escolar indígena: 3º grau indígena*, Elias Januário (ed.) Barra do Bugres: UNEMAT. 9-26.
- . 2005. Línguas 'em perigo' e línguas como patrimônio imaterial: duas idéias em discussão. *Revista do IPHAN*.
- FRANCHETTO, BRUNA, ET. AL. 2004. *Cadernos de educação escolar indígena - 3º grau indígena*. vol. 3. Barra do Bugres: UNEMAT.
- KAHN, MARINA e AZEVEDO, MARTA. 2004. O que está em jogo no desafio da escolarização indígena? *Educação escolar indígena em Terra Brasilis: tempo de novo descobrimento*. Rio de Janeiro: IBASE. 57-86.
- LEITE, YONNE. 1981. O Summer Institute of Lingüistics: estratégias e ação no Brasil. *Religião e Sociedade*, 7.60-64.

- LEITE, YONNE and FRANCHETTO, BRUNA. 2006. 500 anos de Línguas Indígenas no Brasil. Quinhentos Anos de História Lingüística no Brasil. S.A.M. Cardoso, J.A. Mota, and R.M. Mattos e Silva (eds.) Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. 15-61.
- MONTE, NIETTA LINDENBERG. 2000. Práticas e direitos - as línguas indígenas no Brasil. As Línguas Amazônicas Hoje, Francesc Queixalos e O. Renault-Lescure (eds.) São Paulo: Instituto Socioambiental. 183-92.
- MOORE, DENNY. 2006. Brazil: Language Situation. Encyclopedia of Language & Linguistics. K. Brown (ed.), Vol. 2. Oxford: Elsevier. 117-28.
- MOORE, DENNY e GABAS JR., NILSON. 2006. O futuro das línguas indígenas brasileiras. Amazônia 500 anos, Louis Forline, Ima Vieira e Rui Murrieta (eds.) Belém: Museu Paranaense Emilio Goeldi. 333-54.
- RICARDO, CARLOS ALBERTO. 2000. Povos indígenas no Brasil 1996-2000. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- RICARDO, CARLOS ALBERTO e RICARDO, FANY. 2006. Povos indígenas no Brasil 2000-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- RODRIGUES, ARYON DALL'IGNA. 1993. Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Ciência Hoje*, 16.20-26.
- . 2000. Panorama das línguas indígenas da Amazônia. As Línguas Amazônicas Hoje, Francesc Queixalos e O. Renault-Lescure (eds.). São Paulo: Instituto Socioambiental. 15-28.
- . 2002. Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola.
- . 2005. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, 57.35-38.
- RURI'Õ, ELIAS, ET. AL. 2002. Cadernos de educação escolar indígena - 3º grau indígena. vol. 1. Barra do Bugres: UNEMAT.
- SEKI, LUCY. 1999. A lingüística indígena no Brasil. *Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada-DELTA*, 15.257-90.
- SILVA, ARACY LOPES DA. 2001. Educação para a tolerância e povos indígenas no Brasil. Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade, Luís Donisete B. Grupioni, Lux B. Vidal e Roseli Fischmann (eds.) São Paulo: EdUSP/UNESCO. 99-131.
- TAUKANE, ESTEVÃO BORORO, ET. AL. 2003. Cadernos de educação escolar indígena - 3º grau indígena. vol. 2. Barra do Bugres: UNEMAT.

SIGLAS

Orgãos e Programas Governamentais:

CAPES—Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC)

www.capes.gov.br

CGEEI—Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (MEC)

CNPq—Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCT) www.cnpq.gov.br
 FINEP—Financiadora de Estudos e Pesquisas (MCT) www.finep.gov.br
 FUNAI—Fundação Nacional do Índio www.funai.gov.br
 FUNASA—Fundação Nacional da Saúde www.funasa.gov.br
 IBGE—Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística www.ibge.gov.br
 INEP—Instituto de Pesquisas Educacionais (MEC)
 IPHAN—Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MC) www.iphan.gov.br
 MEC—Ministério da Educação www.mec.gov.br
 MC—Ministério da Cultura www.mc.gov.br
 MCT—Ministério da Ciência e Tecnologia www.mct.gov.br
 MMA—Ministério do Meio Ambiente www.mma.gov.br
 PDPI—Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (MMA)
www.mma.gov.br/DPG7/PDPI
 SEDUC—Secretaria Estadual de Educação
 SEMEC—Secretaria Municipal de Educação

Instituições de Pesquisa e Instituições Acadêmicas:

IEL—Instituto de Estudos da Linguagem (UNICAMP) www.unicamp.br/iel
 INPA—Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (MCT) www.inpa.gov.br
 LALI—Laboratório de Línguas Indígenas (UnB) www.unb.br/il/lali
 MN—Museu Nacional (UFRJ) www.museunacional.ufrj.br
 MPEG—Museu Paraense Emílio Goeldi www.museu-goeldi.br
 UFAL—Universidade Federal do Alagoas www.ufal.br
 UFAM—Universidade Federal do Amazonas www.ufam.edu.br
 UFPA—Universidade Federal do Pará www.ufpa.br
 UFPE—Universidade Federal de Pernambuco www.ufpe.br
 UFRJ—Universidade Federal do Rio de Janeiro www.ufrj.br
 UnB—Universidade de Brasília www.unb.br
 UNEMAT—Universidade Estadual de Mato Grosso www.unemat.br/indigena
 UNICAMP—Universidade Estadual de Campinas www.unicamp.br
 UNIR—Fundação Universidade Federal de Rondônia www.unir.br
 USP—Universidade de São Paulo www.usp.br

Organizações Não-Governamentais:

CCPY—Comissão Pró-Yanomami www.proyanomami.org.br
 CIMI—Conselho Indigenista Missionário www.cimi.org.br
 COIAB—Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
www.coiab.com.br
 CPI-AC—Comissão Pró-Índio do Acre
 CTI—Centro de Trabalho Indigenista www.trabalhoindigenista.org.br
 FOIRN—Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
 IPOL—Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística
www.ipol.org.br
 ISA—Instituto Socioambiental www.socioambiental.org

Documentos e Leis:

LDB—Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPCLIB—Programa de Pesquisa Científica sobre Línguas Indígenas Brasileiras
PCN—Parâmetros Curriculares Nacionais
RCNEI—Referencial Curricular Nacional para a Escola Indígena

1) Artigos 210, 215, 216, e 231 da Constituição Federal de 1988

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2.º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse

permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4.º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5.º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6.º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei no. 9.394/1996)

Capítulo II - Da Educação Básica

Seção I - Disposições Gerais

Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia.

Seção III - Do ensino Fundamental

Art. 32

§ 3º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Título VIII - Das Disposições Gerais

Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79 - A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º- Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º- Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

- fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.